

O USO DE CRACK ENTRE MULHERES: tendências e desafios

Juliana Lins¹

237

Estudos Universitários

Resumo

O uso do crack tornou-se uma problemática social importante, que causa danos e estigmatiza seus usuários. O caráter ilícito das práticas de uso, associadas ao tráfico e à violência, bem como à escassez de informações a respeito da droga, contribui enormemente para que o crack seja temido pela sociedade. Considerando que já foi demonstrado, através de levantamentos epidemiológicos internacionais, que as mulheres vêm aumentando o consumo de diversos tipos de drogas, principalmente entre o público jovem, e que as pesquisas sobre consumo de drogas lícitas e ilícitas, que antes não se preocupavam com diferenças de consumo entre homens e mulheres, têm passado a buscar investigar as desigualdades de gênero e as suas particularidades, vê-se a necessidade de apontar direcionamentos no estudo do uso do crack por mulheres no Brasil. Neste sentido, este artigo faz uma sistematização de alguns estudos, visando apontar quem são as usuárias de crack, quais as estratégias de consumo da droga e como se relacionam entre si, com a família, a comunidade e o poder público. O objetivo, portanto, é subsidiar políticas públicas de saúde e segurança voltadas à redução da oferta, da demanda e de danos relacionados ao uso do crack por essa população específica.

Palavras-chave: Crack, mulheres, saúde, segurança pública.

¹ Assistente social. Atualmente é bolsista de cooperação técnica em projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco – FACEPE, auxiliar de apoio técnico em projeto de extensão financiado pelo Ministério da Saúde – MS e membro do GEAD/UFPE (julianalins.ufpe@hotmail.com).

Abstract

Crack-cocaine use became an importante social problem which harms and stigmatizes its users. The illicit nature of use practices associated to traffic and violence, as well as the lack of information related to this drug, contributes to make crack-cocaine feared by society. Considering as show in previous international studies that women in recent time have increased consumption of all sort of drugs, especially among young-people, and yet that licit and illicit drug consumption researches have shown gender differences, there is a need to point out new studies on crack-cocaine use among women in Brazil. Thus, this paper reviews some gender studies to outline who are these women using crack-cocaine, which are their strategies to use this drug and how they relate with one another, their families, the community and the public services. The aim is to feed health and security public policies to reduce offer, demand and harm related to crack-cocaine use among this specific population.

Keywords: Crack-cocaine, health, public security, women.

INTRODUÇÃO

Países da União Européia têm identificado, por meio de estudos realizados, as fragilidades e o despreparo dos serviços públicos e das políticas públicas de saúde em tratar as desigualdades/iniquidades de gênero, de modo a abordar, efetivamente, as diferenças entre homens e mulheres (PAYNE, 2009).

Todavia, ultimamente, a Organização Mundial de Saúde – OMS tem impetrado crescentes esforços no sentido de integrar diversos países na composição de uma agenda mundial para elaboração de políticas públicas dirigidas aos interesses específicos das mulheres (idem).

Para tanto, se faz necessário o desenvolvimento de estudos que visem identificar quem são essas mulheres, principalmente, em se tratando do consumo de drogas lícitas e ilícitas, com desta-

que para o crack, que tem emergido no cenário brasileiro desde a década de 1990, apresentando-se como fenômeno de rápida expansão dentre esse grupo.

Poucas unidades de saúde do país encontram-se preparadas para lidar com questões específicas dirigidas às necessidades de saúde do público feminino quando relacionadas ao consumo de crack, pois ainda não temos dados de pesquisa fidedignos que sejam capazes de retratar minimamente o perfil dessas usuárias.

A despeito do que diz a literatura brasileira sobre a vulnerabilidade de alguns grupos ao envolvimento com o consumo de crack e outras substâncias, havendo ainda, no caso específico das mulheres, uma maior incidência de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis associada ao consumo de drogas (BASSOLS, 2003), cabe o desenvolvimento de estudos que sejam capazes de identificar se existe um perfil mais prevalente de usuárias de crack, que possa expressar as particularidades do uso desta droga entre as mulheres.

O USO DE DROGAS NAS SOCIEDADES

Ao longo da história da humanidade, o consumo de drogas está presente na maioria das comunidades. Tal consumo sempre envolveu questões culturais, religiosas, econômicas, políticas e sociais. Nas diversas culturas, sociedades e épocas, na maioria das vezes, o uso de drogas não se constituiu em problemas e motivos para alarmes sociais, sendo consumidas com finalidades diversas e entendidas como uma manifestação cultural e humana (BRASIL, 1998).

Segundo Almeida (1999), são vários os exemplos que podemos citar no que se refere ao consumo de drogas em nossa sociedade. Dentre eles, podemos iniciar com o álcool, destacado como uma das drogas mais antigas, utilizado em alguns rituais religiosos e, principalmente, em festividades sociais. Os charutos e os cachimbos foram e ainda são bastante frequentes nos rituais de candomblé. A mascção da folha de coca é usada até hoje pelos povos andinos como forma de diminuir a fome e o cansa-

ço decorrentes das grandes altitudes. Os rituais indígenas sempre contaram com o consumo de alucinógenos, com o objetivo de acessar a comunicação com as divindades. As anfetaminas, conhecidas como comprimidos da energia, foram intensamente consumidas por soldados durante as Guerras Mundiais para combater as adversidades, como o cansaço, a fome e o sono. Podemos citar, ainda, a aplicação de substâncias entorpecentes em crianças, como a "benção de mãe", bastante presente durante a Revolução Industrial. Nessa época, as mães precisavam trabalhar nas indústrias por longos períodos e recorriam a essas substâncias para acalmar seus filhos. No contexto esportivo atual, alguns atletas utilizam substâncias químicas com o objetivo de aumentar seu desempenho.

No entanto, nas últimas décadas, indicadores apontam que o consumo de drogas tem tomado dimensões preocupantes, trazendo graves conseqüências, principalmente para os jovens e adultos jovens, que se expressam nas várias interfaces da vida cotidiana – comprometendo vínculos afetivos, o trabalho, o trânsito, a família, a saúde – e, inclusive, na disseminação do vírus HIV (BRASIL, 1998). Acidentes de trânsito, overdoses, envenenamentos, doenças cardiorrespiratórias e a violência (a exemplo de brigas, homicídios, furtos, roubos, dentre outras) têm sido observados como danos secundários ao consumo abusivo de substâncias psicoativas (BASTOS & COTRIM, 1998).

Embora a intensificação do uso de drogas venha sendo associada à situação de vulnerabilidade social vivida, sobretudo, pelas classes sociais e grupos subalternizados, bem como à cultura do consumo, do prazer imediato disseminada na sociedade capitalista, Zaluar (2004) aponta que esta tem sido uma tendência que não se adéqua apenas a realidade dos grupos que se encontram em vulnerabilidade econômica e social, mas também a parcelas da sociedade com maior poder aquisitivo.

Outras questões importantes também podem ser relacionadas com a problemática do uso abusivo de drogas, a exemplo dos interesses econômicos que envolvem a produção e a venda de

drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas; e dos embates de cunho moral e ideológico, somados a pouca ou falta de prioridade política dos governos. A atuação precária destes se manifesta, principalmente, na insuficiência de recursos financeiros destinados para garantir efetivamente uma política de educação, prevenção e tratamento, e de recursos humanos capacitados continuamente e pagos adequadamente.

A EMERGÊNCIA DO “FENÔMENO CRACK”: BREVES CONSIDERAÇÕES

Segundo dados do Observatório Europeu da Droga e da Toxicod dependência, fruto de um relatório anual realizado em 2006, a cocaína é considerada a droga mais traficada a nível mundial no século XXI, seguida da cannabis herbácea e da resina de cannabis. A Colômbia é o maior produtor da substância, acompanhada pelo Peru e pela Bolívia (OEDT, 2006).

Ainda de acordo com o supracitado relatório, a partir de 2004, o Brasil se tornou um dos países de trânsito da droga importada pela União Européia, contribuindo, desta forma, para a ampliação do comércio internacional (idem).

Domanico (2006) aponta que a folha da coca (*Erythroxylon coca*) vem sendo usada há milhares de anos, na América, sendo geralmente mastigada junto com um produto de natureza alcalina, como cal, cinzas, ou uma matéria produzida a partir de certos moluscos. Esta combinação ajuda a liberação da cocaína presente nas folhas e é de grande importância para a produção de seus efeitos psicoativos.

Com a chegada do século XIX, o desenvolvimento da química e o aperfeiçoamento de seus métodos de pesquisa propiciaram o isolamento dos princípios ativos de numerosas plantas psicoativas, possibilitando o desenvolvimento de novas drogas como a morfina (1803), a heroína (1859) e a própria cocaína (1859). Em 1883, esta última já era testada no exército alemão como estimulante para soldados nos campos de batalha.

Após o reconhecimento das propriedades da cocaína pelos cientistas, ela passou a ser utilizada de diversas maneiras, inicialmente por injeção endovenosa ou por aspiração intranasal. Outras formas de administração surgiram, em seguida, através de vinhos, pastilhas e ungüentos, largamente comercializados por laboratórios farmacêuticos, principalmente, de nacionalidade alemã.

A partir do início da década de 1980, alguns dependentes e usuários freqüentes descobriram uma forma de usar o produto que gerava efeitos mais intensos, embora de menor duração. Era o consumo de "freebase", fumado em cachimbos de vidro que, aceso, produz vapores de cocaína relativamente pura. Outra forma de consumo da cocaína se deu por meio do desenvolvimento do crack que, apesar de não ser tão puro quanto o "freebase", ao ser aceso, libera um vapor que é, em grande parte, cocaína pura, produzindo um efeito parecido àquele. Porém, ao contrário do "freebase", comumente preparado pelos próprios usuários a partir do pó da cocaína, as pedras de crack eram geralmente produzidas pelos traficantes e vendidas já prontas para serem fumadas. Era uma maneira de comercializar a cocaína, uma mercadoria cara e de prestígio, em pequenas unidades baratas (idem).

O consumo do crack emerge no cenário brasileiro na década de 1990, apresentando-se como fenômeno de rápida expansão. Seu surgimento, até certo ponto recente, e as dimensões assumidas pelo mesmo fazem com que este seja concebido como um problema novo. Entretanto, se considerarmos que diferentes drogas, sob estatutos distintos, fazem parte da história da humanidade (a exemplo do álcool, ópio, tabaco) e que em outros momentos, diferentes substâncias foram alvo de preocupações sociais, é possível compreender que não se trata de um novo fenômeno, mas de novas características e especificidades para uma antiga questão.

Para Tuller, Rosa & Menegatti (2007), o efeito rápido e a possibilidade de se obter uma forma cristalizada de cocaína em

quantidades pequenas e baratas foram fatores importantes para que, nos últimos anos, tenha-se gerado uma epidemia de uso do crack. Outro aspecto relevante é o fato de o usuário ter fácil acesso à droga, aprendendo a fabricá-la em casa ou adquirindo-a de modo muito mais barato do que outras drogas por meio do tráfico.

Os vapores que são aspirados no consumo do crack atravessam a barreira hematoencefálica que envolve o cérebro, atingindo este num prazo de mais ou menos seis a dez segundos. Tais vapores produzem uma intensa sensação eufórica, que dura de três a dez minutos. Depois disso, o que emerge é um estado de depressão, que leva o usuário a recorrer novamente ao crack, provocando rápida dependência e tolerância a essa droga (NAPPO, 1996).

Duailibi, Ribeiro Et Laranjeira (2008), por meio de estudo etnográfico realizado sobre o consumo de crack no município de São Paulo, com 25 usuários vivendo em comunidade, observaram que o aparecimento da substância e a popularização do consumo se iniciaram a partir de 1989. O perfil apontado para esses usuários indicava que os mesmos eram homens, menores de 30 anos, desempregados, com baixa escolaridade e poder aquisitivo, provenientes de famílias "desequilibradas". Esses usuários, ao serem comparados aos usuários de cocaína intranasal, apresentavam um padrão mais grave de consumo, com maiores riscos de efeitos adversos ao uso de cocaína. Além disso, os mesmos pareciam ter maior envolvimento em atividades ilegais e com a prostituição, apresentando mais chances de morar ou ter morado na rua.

A maioria dos levantamentos epidemiológicos de âmbito nacional foi realizada pelo Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas – CEBRID e os primeiros estudos começaram a ser publicados no final dos anos 90. Em 2000, o CEBRID realizou um levantamento domiciliar, que abrangeu as 24 maiores cidades paulistas. Nesse, constatou-se que o uso na vida (inclusive um único uso experimental) de cocaína foi de

2,1%, sendo maior na faixa etária entre 26 – 34 anos (4,0%); e o uso de crack foi de 0,4% (GALDURÓZ et al., 2000).

No I Levantamento Domiciliar Nacional sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil, realizado em 2002, que entrevistou pessoas de 107 cidades com mais de 200.000 habitantes, percebeu-se que o uso na vida de cocaína foi de 2,3%, sendo mais prevalente nas regiões Sul (3,6%) e Sudeste (2,6%), intermediário nas regiões Nordeste (1,4%) e Centro-Oeste (1,4%) e de menor prevalência na região Norte (0,8%). A faixa etária de maior uso encontrava-se entre os 25 e 34 anos (4,4%), com predominância do sexo masculino (7,2%). O uso na vida de crack, para o sexo masculino com faixa etária entre 25 e 34 anos, foi de 1,2% (CARLINI et al., 2002).

Segundo Oliveira (2007), ao avaliar a cultura do uso do crack na cidade de São Paulo, percebe-se que o usuário de crack é homem, jovem, de baixo poder aquisitivo, baixo nível de escolaridade e, geralmente, sem vínculo empregatício formal. Também existem na cultura, ainda que em menor proporção, mulheres e usuários de maior poder aquisitivo. Quanto ao padrão de uso, identificou-se a predominância do padrão tipo "binge", dando-se por horas e dias a fio, descontinuando quando o usuário não tem mais condições físicas ou financeiras; porém, também foi observado o uso controlado ou esporádico, viabilizando que os usuários atendam às exigências da vida diária.

CRACK E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO BRASIL

O crack tornou-se uma problemática que estigmatiza os usuários e amedronta a sociedade em geral, tendo em vista o caráter ilícito das práticas, associado com o tráfico e a violência (CARNEIRO, 2005).

Dessa forma, se faz importante apontar a necessidade de apreender a problemática do uso do crack para além das questões estritamente tidas como problemas de polícia, enfatizando-a como uma questão de saúde pública, de assistência social, de

envolvimento econômico, educação, direitos humanos, esporte e lazer.

As políticas públicas no Brasil, direcionadas ao consumo prejudicial de álcool, fumo e outras drogas, surgiram em diferentes momentos e com formas distintas de abordagem para o cuidado com o usuário. Atualmente, o governo brasileiro propõe diversas ações através da Secretaria Nacional sobre Drogas – SENAD, vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e da Coordenação Nacional de Saúde Mental e Álcool e Outras Drogas, vinculada ao Ministério da Saúde.

Em relação ao crack, nos dois últimos anos, o Estado brasileiro, nos três níveis de governo, lançou alguns planos, programas e projetos para responder ao crescente aumento da oferta e demanda desta droga. Tomando a realidade nacional, tem-se: o Plano Emergencial de Acesso ao Tratamento e Prevenção a Álcool e outras Drogas no SUS (2009) e o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas (2010).

Embora existam ações instituídas para reduzir a oferta, demanda e danos relacionados ao crack, ainda são insuficientes as informações a respeito de quem são os usuários desta droga. E, diante da grandiosidade e da tendência de complexificação do “fenômeno”, estudar as implicações do consumo do crack é de fundamental importância para a saúde e a segurança pública, tendo em vista a necessidade de qualificar e subsidiar a tomada de decisões no que se refere às políticas públicas.

DESIGUALDADES DE GÊNERO: O CRACK ENTRE AS MULHERES

Sabe-se que há mais ou menos três décadas as pesquisas sobre consumo de drogas lícitas e ilícitas não se preocupavam com diferenças de consumo entre homens e mulheres. Primeiro, porque o consumo de tais substâncias entre as mulheres não era tão significativo; segundo, porque os trabalhos científicos que buscavam estudar as desigualdades de gênero e as suas particularidades eram pouco expressivos (MORAES, 2010).

Porém, no início no século XXI, houve um aumento no número de produções acadêmicas que examinavam as diferenças de consumo de drogas entre os gêneros em diferentes culturas e contextos (idem). Mas, ainda precisamos avançar muito no sentido de investigar tais diferenças, posto que já foi demonstrado, através de levantamentos epidemiológicos internacionais, que as mulheres vêm aumentando o consumo de diversos tipos de drogas, principalmente entre o público jovem (WHO, 2005).

Em um estudo realizado por Nappo et al. (2004), na cidade de São Paulo e São José do Ribeirão Preto, com uma amostra de 75 mulheres que faziam troca de sexo por crack ou por dinheiro com finalidade de compra da droga, foi apontado que as entrevistadas tinham o seguinte perfil: predominantemente jovens, mães, com baixa escolaridade, vivendo com a família (pais ou companheiros) e provedoras de suas casas. Com relação ao sexo praticado diariamente, a maioria fazia uma média de 1 a 5 programas, onde não era escolhido o parceiro ou o tipo de sexo e não se valorizava o uso de preservativos.

Em outra pesquisa realizada com 388 adolescentes, entre 13 e 20 anos, predominantemente do sexo feminino, que procuraram os serviços públicos de Porto Alegre – RS para realizar o teste anti-HIV, os relatos de prática de sexo em troca de drogas apresentaram-se extremamente associados aos casos diagnosticados de soro positividade (BASSOLS, 2003).

Em se tratando da dependência ou do uso prejudicial de drogas ilícitas entre o sexo feminino, a literatura sobre o assunto registra um número importante de casos subnotificados, principalmente porque as mulheres usuárias de tais substâncias não procuram os serviços de saúde para tratamento.

Contraditoriamente, sabe-se que as mulheres tendem a assumir uma postura oposta a esta, em consequência das diferentes necessidades na área reprodutiva: porque são diferentes em termos de responsabilidades sociais assumidas; porque mulheres tendem a cuidar também dos outros, para além de si (por serem

socialmente responsabilizadas pelas atividades referentes ao cuidado); enfim, porque, normalmente, apresentam maior conhecimento sobre saúde, reconhecimento de sintomas e disposição para tratar-se.

Alguns dos motivos para a recusa das mulheres ao tratamento podem ser o desconforto e a vergonha que sentem, uma vez que o uso de drogas entre elas é mais severamente reprimido socialmente em diversas culturas do que entre homens (MORAES, 2010).

Assim, por diversas razões, as mulheres ainda não são prioridade nas políticas públicas de saúde sobre drogas, ora porque as políticas não se preocupam devidamente com as desigualdades/iniquidades de gênero, ora porque a clientela tende a não procurar o tratamento para dependência, dificultando a criação de novos serviços apropriados a suas necessidades, ou por outros motivos, que por serem às vezes tão subjetivos e subliminares, não conseguimos nomear ainda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados epidemiológicos obtidos nos últimos anos, percebe-se um aumento significativo no consumo do crack em nosso País, fazendo com que tal droga tenha se tornado um problema de saúde pública.

Frente à magnitude do problema, estudar as implicações do consumo do crack em nossa sociedade é de fundamental importância, uma vez que, na atualidade, o tema vem sendo amplamente discutido em todos os segmentos sociais e o consumo desta droga continua crescendo, principalmente, entre as mulheres.

A falta de informações específicas sobre o uso de crack entre mulheres termina por reforçar as fragilidades e o despreparo dos serviços públicos e das políticas públicas de saúde, no sentido de abordar as desigualdades/iniquidades de gênero, tratando as diferenças entre homens e mulheres devidamente.

A principal contribuição desses estudos seria o fomento de informações sobre o uso do crack, ressaltando o perfil sócio-demográfico e sócio-econômico das usuárias; a percepção destas a respeito de si próprias e a história de uso da droga; o padrão, as formas e as estratégias de consumo; e, as consequências sócio-econômicas decorrentes desse consumo. Tais informações poderiam possibilitar a adequação do atendimento das usuárias de crack, no tocante à formulação mais bem orientada de políticas públicas relacionadas com a saúde coletiva e a segurança pública.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. R. S. Drogas: uma abordagem educacional. São Paulo: Olho d'Água, 1999.
- BASSOLS, A. M. S. Adolescência e infecção pelo HIV: situação de risco e proteção, auto-estima e sintomatologia psiquiátrica [tese de doutorado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.
- BASTOS, F. I. & COTRIM, B. C. O consumo de substâncias psicoativas entre os jovens brasileiros: dados, danos e algumas propostas. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD, 1998.
- BRASIL. Elaboração de proposta para normalização de serviços de atenção a transtornos por uso e abuso de substância psicoativa: exposição de motivos. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.
- CARLINI, E. A., GALDURÓZ, J. C. F., NOTO, A. R. & NAPPO, S. A. I Levantamento domiciliar nacional sobre uso de drogas psicotrópicas no Brasil. São Paulo: SENAD/CEBRID, 2002.
- CARNEIRO, H. Transformações do significado da palavra "droga": das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. In: VENÂNCIO, R. P., CARNEIRO, H. & GONÇALVES, A. L. (Orgs.). Álcool e drogas na história do Brasil. São Paulo: Alameda, 2005.

DOMANICO, A. "Craqueiros e cracados: bem vindo ao mundo dos nóias!" Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil [tese de doutorado]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.

DUALIBI, L. B., RIBEIRO, M. & LARANJEIRA, R. Perfil dos usuários de cocaína e crack no Brasil. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.abead.com.br/artigos/arquivos/perfil_usuario_coca_crack.pdf. Arquivo capturado em 30 de outubro de 2008.

GALDURÓZ, J. C. F., NOTO, A. R., NAPPO, S. A. & CARLINI E. A. I Levantamento domiciliar nacional sobre uso de drogas psicotrópicas – parte A: estudo envolvendo as 24 maiores cidades do estado de São Paulo. São Paulo: FAPESP/CEBRID, 2000.

MORAES, M. Estudo sobre a prevalência de alcoolemia positiva e padrões de consumo em mulheres motoristas do Brasil [dissertação de mestrado]. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

NAPPO, A. S., SANCHEZ Z. M., OLIVEIRA L. G., SANTOS A. S., CORADETE JÚNIOR, J., PACCA, J. C. B. & LACKS, V. Comportamento de Risco de Mulheres Usuárias de Crack em relação às DST/AIDS. São Paulo: CEBRID, 2004.

NAPPO, S. A. "Baquêros" e "Craquêros: um estudo sobre o consumo de cocaína na cidade de São Paulo [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 1996.

OEDT (Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência). Cocaína e cocaína-crack. Lisboa: OEDT, 2006.

OLIVEIRA, L. G. Avaliação da cultura do uso de crack após uma década de introdução da droga na cidade de São Paulo [tese de doutorado]. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2007.

PAYNE, S. How can Gender equity be addressed through health systems? [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.euro.who.int/pubrequest>. Arquivo capturado em 11 de novembro de 2009.

TULLER, N. G. P., ROSA, D. T. M. & MENEGATTI, R. P. (2007) Crack e os Perigos de uma Viagem sem Retorno. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/iccesumar/artiele/viewPDFInterstitial/556/471>. Arquivo capturado em 23 de novembro de 2008.

WHO (World Health Organization). WHO initiative on cocaine. Meeting of project advisers. Geneva: WHO/PSA, 2005.

ZALUAR, A. Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004.